

DESENVOLVIMENTO, COMUNIDADE E SERVIÇO SOCIAL

LUÍS CARLOS MANCINI

Todos os países que se desenvolvem enfrentam contradições internas inevitáveis entre as massas que forçam o acesso social e a ordem estabelecida, que se opõe às reivindicações. Essas contradições são exacerbadas pelo fato de que o próprio desenvolvimento não pode ser feito sem sacrifícios e exige uma mobilização geral. A linha de solução está no despertar das comunidades reais para a consciência de sua força e de suas possibilidades de auto-realização. Para essa obra fundamental, é inestimável a cooperação do Serviço Social, em virtude, inclusive, de sua preparação técnica especializada.

JOÃO XXIII, na *Pacem in Terris*, assinalou três características de nossa época:

Primeiro, a gradual ascensão econômico-social das classes trabalhadoras. Partindo da reivindicação de seus direitos, especialmente de natureza econômico-social, avançaram, em seguida, os trabalhadores no sentido das reivindicações políticas e, finalmente, se empenharam na conquista de bens culturais e morais. Hoje em toda a parte, dizia o Pontífice, os trabalhadores exigem, arduamente, não serem tratados à maneira de meros objetos, sem entendimento nem liberdade, à mercê do arbítrio alheio, mas como pessoas em todos os setores da vida social, tanto no econômico-social, como no da política e da cultura.

Em segundo lugar, o ingresso da mulher na vida pública, mais consciência de sua própria dignidade, recusando ser tratada como um objeto ou um instrumento e reivindicando direitos e deveres consentâneos com seu *status*.

Finalmente, o fenômeno de emergência das novas nações, livres das amarras que as prendiam à sociedade feudal e colonialista e ensaiando os primeiros passos no caminho do autogoverno e da afirmação política.

Os três fenômenos marcam a fase histórica que temos o privilégio de testemunhar e decorrem de um único fato e nêle desembocam: a explosão individual e coletiva da pessoa humana, acordada para as dimensões e implicações da dignidade de todos os homens e surpresa com o potencial energético nela contido.

Assim despertas, puseram-se as massas a forçar o acesso social, agitando-se inconformadas, na medida em que a ordem estabelecida se opunha ao entendimento de suas reivindicações. O fenômeno cria para os países em processo de desenvolvimento condições extremamente penosas para a decolagem, já que têm de enfrentar, a um tempo, e com limitações próprias do subdesenvolvimento, exigências de expansão econômica e de bem-estar social. A exacerbação demagógica das massas e o incremento artificial do consumo supérfluo alargam o hiato entre desejo e realidade, aumentando os focos de tensão.

Segundo os economistas, a conjuntura do subdesenvolvimento resulta do fenômeno de causação circular cumulativa, nome erudito do círculo vicioso, pelo qual fatores negativos geram outros fatores negativos numa conspiração diabólica que acorrenta pessoas e nações a um exaustivo fazer e desfazer sem fim. Poder-se-ia exemplificar com o caso do indivíduo doente porque não come adequadamente; não come por não ter dinheiro, não possui dinheiro por lhe faltar profissão; esta, não pode adquirir por não haver escola e, ainda que existisse, talvez não a pudesse cursar por ter de trabalhar, por não lhe dar o devido valor ou pela vergonha de freqüentá-la andrajoso; dêsse modo, está condenado ao subsalário, à fome e à doença, e assim recomeça o ciclo.

Não me parece correta a equiparação do Brasil ao grupo de países subdesenvolvidos da Ásia e da África, onde os fatores negativos são dificilmente removíveis, caracterizando a tenaz do círculo vicioso. A Índia, por exemplo, com que nos comparam vez por outra, tem problemas que não possuímos: o sistema de casta, a multiplicidade de idiomas, enraizados preconceitos religiosos, com reflexos econômico-sociais, a sacralidade de certos animais, etc. Tem, sim, é verdade, em conseqüência da adversidade de condições locais, além de profunda espiritualidade, eficiente infra-estrutura administrativa, e uma liderança política lúcida, culta e honesta, feita, em geral, nas boas universidades inglêsas. No Brasil as condições naturais são, via de regra, favoráveis ou corrigíveis, com relativa facilidade — como é, sem dúvida, o caso do Nordeste — mas temos, como contrapartida, precária infra-estrutura administrativa, à qual atribuo grande parte de nossas mazelas.

É discutível, pois, a aplicação ao caso brasileiro de conclusões a que chegaram certos teóricos do subdesenvolvimento, da categoria de ROBERTO HEIBRONER, quando fixa como preço do desenvolvimento, para aquêle grupo de países, o autoritarismo político e econômico; nem se justifica o pessimismo com que alardeamos a incurabilidade brasileira.

O problema foi posto, por outro lado, em termos ideológicos radicais, impondo como condição de rompimento do círculo a opção capitalismo-comunismo, falsa, a meu ver, e indefinida.

A encrespação das massas e a sensibilidade humana tornam impossível — se já não fôsse moralmente inconveniente — a repetição, nos países subdesenvolvidos, do processo histórico de evolução capitalista, ocorrida ao sôpro do individualismo liberal do século XIX, livre do assédio e da concorrência do trabalho na direção da economia e na distribuição da renda. BEVAN, o líder trabalhista inglês, afirmou, a propósito, que a Inglaterra devia seu conforto atual ao sacrifício de muitos que pagaram com a vida o império industrial ali implantado.

Consolidada com o tempo, a estrutura capitalista sofreu ajustamentos, principalmente nos países do nôvo mundo,

não comprometidos com privilégios feudais, sem que tenha, ainda, suprimido de todo a supremacia do capital, no contexto da economia.

Se falta ao capitalismo apêlo suficiente para polarizar as massas, sobram ao socialismo elementos de atração, inclusive como reação contrária ao individualismo. O socialismo, porém, se bem que amenizado pela experiência e cultura locais, como no trabalhismo inglês, ou contrabalançado por peculiaridades, como raça, monarquia e limitações demográficas e territoriais, como na Escandinávia, representa um sistema que — com maior ou menor ortodoxia — tem, como denominador comum, a prevalência do Estado sôbre a pessoa humana. O comunismo — que, segundo LENINE, seria a fase superior e final da evolução socialista — cobra um preço demasiado alto para ingresso num duvidoso paraíso terrestre.

Totalitário como é, não possui a capacidade de auto-defesa e aprimoramento que o processo democrático oferece, e acaba frustrando as expectativas populares, com a rígida burocracia que introduz e a absorção e agravamento dos vícios do capitalismo pelo governante, padrão único e irrecorrível.

Há, felizmente, sinais animadores de mitigação da compressão estatal nos países da órbita comunista. Na própria Rússia, apesar do caso recente de PASTERNAK, é com alívio que se vê a poesia solta e libertária de EVTUCHENKO reunir a juventude lírica e entusiasta, igual à juventude, sempre admirável, de tôda parte.

A existência de um poder nuclear capaz de destruir a humanidade, mais, talvez, que outros fatôres de civilização, está forçando os grandes blocos à convivência irrecusável e a certos ajustamentos nos respectivos sistemas político-sociais.

No vaivém das fórmulas para enquadrar a sociedade num sistema satisfatório de govêrno, há os que julgam ser melhor, por primarismo ou acovardamento ante o inquietante movimento de massas, institucionalizar, desde logo, o domínio direto da multidão. Ora, a massa é, por natureza,

instável e amorfa, deixando-se conduzir por influências externas, "brinquedo fácil nas mãos de quem quer que jogue com seus instintos e impressões" (PIO XII, Mensagem de Natal). Sociedade de massa é sociedade atomizada, sem grupos organizados, carregando consigo, pela tendência para lideranças carismáticas e estilos totalitários de governos, o germe da autodestruição.

"A atomização social engendra, por outro lado", como assinalou um dos melhores estudiosos do problema, o Professor WILLIAM KORNOUSER, "fortes sentimentos de alienação e ansiedade e, portanto, a disposição de engajamento em comportamentos extremados para fugir a essas tensões". Resulta daí, também, certo tipo de elite que reflete as características de instabilidade e insegurança das massas; supondo conduzi-las, essa elite, na verdade, é por elas conduzida. O Professor SAN TIAGO DANTAS, em artigo recente, enunciava com a costumeira inteligência: "O simples porta-voz de uma ideologia política, o demagogo que não se faz aceitar pelo público senão na medida em que é dócil à sua tendência ou imposição, êsse é incapaz de ação dialética e por isso vale mais como sintoma do que como causa das transformações sociais".

A massa desempenha, entretanto, papel relevante no processo democrático, chamando atenção, de modo anárquico, para a sua própria situação inumana e forçando pretensas elites a reverem atitudes sociais com uma rapidez que talvez não ocorresse por outra via. Se estas — por omissão, despreparo ou comprometimentos — não abrem os caminhos à promoção social, a ascensão pode tornar-se violenta e descontrolada.

A quebra do círculo vicioso, para o Brasil, depende, a meu ver, de duas circunstâncias:

a) de nos convencermos, como indivíduos e cidadãos, de que o caminho do progresso não é fácil, nem curto, nem barato; é, antes, penoso e demorado, exigindo liderança lúcida e desinteressada, renúncias pessoais e disposições coletivas de trabalho, inteligência e resistência, proporcionais à capacidade de cada um;

b) de aderirmos, decidida e conscientemente, aos ideais da democracia cristã, fundada num corpo de doutrina vivida por muitos apóstolos sociais e elaborada metódicamente, através das encíclicas sociais e de incontáveis intérpretes até a definição acurada e atualizada da *Mater et Magistra* e da *Pacem in Terris*. As formulações destas não constituem inócuos preceitos moralistas ou declarações mais ou menos utópicas, porém normas precisas de realização das reformas necessárias ao progresso, num clima de justiça e de liberdade.

A democracia cristã assenta no princípio da supremacia do homem, cuja promoção é objetivo da sociedade, e no da solidariedade entre os homens, expressa na vitalidade comunitária, idéia-fôrça da mensagem social cristã. É harmoniza o dualismo homem-comunidade na convicção do Bem Comum, "conjunto de circunstâncias concretas que permitam a todos os membros da comunidade atingir um nível à altura da dignidade humana".

Por ser tão difícil manter o equilíbrio entre pessoa — com direitos que emanam de sua própria natureza — e sociedade — com prerrogativas que decorrem de sua finalidade de proporcionar a "todos os homens o desenvolvimento do homem todo" — é que não bastam declarações líricas sobre o Bem Comum; é preciso, como advertiu JOÃO XXIII, que os homens investidos de autoridade pública estejam animados por sã concepção do Bem Comum, e os que exerçam atividades econômicas o façam com senso de responsabilidade.

O princípio de socialização não eliminou o de subsidiariedade — repellido, em geral, pelos que apregoam a solução mágica dos problemas desde que o Estado os encampe. A socialização torna imperativa a intervenção do poder público na harmonização das relações entre os homens, crescentemente complexas, mas não visa — por vasta e penetrante que deva ser essa intervenção — a reduzir, gradativamente, a esfera de liberdade de iniciativa particular, mas, ao contrário, a assegurar a maior amplitude possível, graças a uma proteção efetiva para todos e cada um, ao exercício dos direitos essenciais da pessoa humana (*Mater et Magistra*).

Se a civilização só tem sentido enquanto humana e solidária, não pode haver dúvida de que o Serviço Social constitui uma das ferramentas mais eficazes para construí-la, precisamente porque é a profissão do homem e da comunidade. Tanto bastaria para categorizá-lo como método de trabalho social e distingui-lo de formas meramente assistencialistas que se desdobram no afã de abrigar, alimentar ou vestir a massa de destituídos que pervaga os países subdesenvolvidos.

Fazem injustiça, aliás, a essa obra assistencial os que a condenam como inútil ou retrógrada, recomendando sua extinção. Ela, também, se integra — tantas vezes com excepcional caridade — no quadro das deficiências gerais que, por um lado, gera miseráveis e, por outro, nega ao trabalho assistencial ajuda financeira substancial para que se converta num processo genuíno de educação e recuperação, preferindo manter um sistema demagógico de subvenções, instituído pelo subdesenvolvimento cívico e feito para servir interesses eleitoreiros.

Ao voltar-se para o homem, sabe o Serviço Social estar diante do agente e do fim da vida social. Sabe existir nêle valioso e diversificado acervo vocacional, que tanto pode ter o destino de muito rico minério sepulto, para sempre, no seio da terra, como desabrochar na expansão pessoal e no enriquecimento coletivo.

Sabe que cada homem é um microcosmo, dotado de personalidade que não se repete em outro ser humano e com uma dignidade natural que se opõe ao abastardamento e ao favor. E sabe que, pôsto no mundo das interrelações grupais e comunitárias, êle reage diferentemente, influenciando seu semelhante e sendo por êle influenciado.

Atuar sôbre o homem como êle é, livre e racional ao ponto de reagir contra a liberdade e a razão, e numa época de rápidas e tumultuárias transformações, é o desafio maior feito ao Serviço Social e às ciências sociais.

O Serviço Social procura o homem, antes de seu nascimento, na família, primeira sociedade e aquela que lhe deixa marca indelével. Acompanha-o, com os pais, na fase de sua

formação, quando se firmam hábitos e se tomam decisões definitivas como títulos que o destino vai cobrar. Segue-o até a escola, e se esforça para construir e conservar a ponte entre ela e a família, prevenindo discrepâncias fatais e alargando o âmbito da ação educativa; insiste em que se não esterilize a educação, num mero processo de transmitir conhecimentos, e se lhe estenda a ação à formação de hábitos e atitudes, adestrando o estudante, inclusive, no mecanismo e no gosto da vida associativa e democrática; por isso, tem apreço especial pela juventude, a que gostaria de ajudar através de atividades extracurriculares que lhe alargassem a paisagem humana e lhe comunicassem uma vitalidade cívica resistente às viroses ideológicas; encontra-o, mais tarde, no exercício profissional, na vizinhança, no campo ou na cidade, na paróquia, no governo dos homens, na prisão ou no hospital. Em cada uma dessas esferas, lá está o mesmo ser uno e denso, matéria e espírito, livre e racional, anjo e demônio, agente e recipiente, vivendo, na multidão, o mistério de sua íntima solitude. Não raro, o Serviço Social é a única testemunha dos ajustes e desajustes que se entrecrocam em cada um de nós, fruto das pressões ambientes e dos próprios conflitos interiores.

Há quem procure escapar a êsse encontro, face a face, com o homem, alegando ser êle produto de estruturas sociais. A alegação é simplória, pois no metabolismo social êle é efeito, mas também é quem fabrica e transforma.

Só o delírio utopista conceberia, aliás, sociedade imune a adaptações ou dotada de meios para corrigi-las automaticamente. As aparências tranqüilas e uníssonas da sociedade totalitária resultam, apenas, de manipulações hediondas em que a expressão pessoal é condicionada e substituída pela versão coletiva oficial, imposta a todos como preço da sobrevivência. Liberem-se as faculdades humanas do contróle estatal, e o homem emerge na dimensão de sua grandeza natural, mas com a marca da contradição que o torna incômodo e paradoxal, mas autêntico e admirável.

Não é de estranhar, por isso, o desabafo de um industrial: "O grande problema da indústria é que ela está cheia

de gente." Outro não é o problema do govêrno, que cede, por vêzes, à tentação de calar essa gente.

O Serviço Social interessa-se pelo homem enquanto ser social, não ente isolado. Por isso as estruturas sociais lhe importam tanto. Qualquer assistente social sabe ser duro, senão inviável, tratar um caso convenientemente, se escasseiam recursos institucionais.

A vida individual e familiar repousa numa rêde institucional, freqüentemente falha entre nós. Faltam escolas, casas, empregos, centros de orientação, hospitais; faltam financiamentos a juros razoáveis, equipamento agrícola e assistência técnica; falta, tantas vêzes, govêrno. E sobram problemas gerados pela falta de certas estruturas adequadas ou por seu deficiente funcionamento.

Nenhuma profissão ou grupo social, por importante que seja, pode arcar sòzinho com o encargo de fazer as reformas. Mas ninguém pode fugir ao dever de pensar e agir, construtivamente, e conforme as suas responsabilidades, para promovê-las.

As decepções políticas sofridas pelo povo brasileiro desenvolveram nêle tendências latentes em todo homem, contra as quais nos temos de precaver: a de transferir responsabilidades, tendência pela qual ninguém tem nada com ninguém ou com coisa alguma, esperando sempre que tudo aconteça por ação de outrem ou da reiterada brasilidade divina; e uma segunda, suicida igualmente, que faz muitos militarem no *complot* do quanto pior melhor, escusa para fugir à dureza das soluções que resolvem, quando não se inspira, diabòlicamente, numa imposição ideológica.

Se aceitamos o pressuposto de que as reformas sociais devam ser de índole democrática, podemos enunciar duas preliminares:

primeira — não existem reformas de efeito instantâneo, capazes de produzir resultado fácil e imediato, só com mudança de rótulos, emissão de decretos, discurso presidencial ou mesmo ação unilateral sôbre certos fatôres;

segunda — a reforma é radical e se implanta efetivamente na medida em que envolve e associa, ativa e metòdicamente, o povo interessado.

A mensagem comunitária não é apenas um ideal humanista inconseqüente. "A comunidade é uma realidade social" e "o lugar natural onde os homens pensam e querem juntos em função do Bem Comum"; "e satisfaz as aspirações profundas dos que buscam a justa adequação social de seres livres e racionais que somos".

A idéia comunitária traduz-se num processo de desenvolvimento integral harmonizado, que procura ajudar o povo a mobilizar-se, de modo ordenado e inteligente, em torno de seus problemas comuns, a fim de que, pelo esforço próprio organizado, possa resolvê-los e, ao mesmo tempo, adquirir capacidade de autodeterminação. Adestram-se, destarte, os homens e os grupos para o dinamismo da vida democrática, que deixa de ser uma dor de cabeça ou uma afirmação sem sentido, para traduzir-se em ação objetiva, planejada. A sociedade deixa de ser um mecanismo estridente de movimentos de massas para ser a soma de múltiplos grupos articulados.

Trocado em miúdos, o projeto comunitário se converte em operações que vão desde a mais humilde construção de um tanque para uso comum, ou de casas, ou de escola, ou de centro social, ou da rede de esgotos ou da eletrificação rural, até o estabelecimento de um sistema permanente de interrelações entre organismos sociais da mesma área ou de vitalização vicinal.

Seriam falsas e injustas comparações quantitativas de resultados obtidos entre comunidades diferentes, pois além do valor material local inapreciável, há sempre, na obra mais humilde, produto do esforço cooperativo, singular grandeza humana e social. O materialismo, de que estamos tão impregnados, tem o mau vêzo de atribuir valor só ao que é "grande" e tangível, que não é, necessariamente, o certo ou o melhor. Não raro, quando cotejamos recursos sociais existentes e carências regionais ou nacionais, depa-ramos casos de hospitais, escolas ou conjuntos residenciais que mais parecem ilhas irrepetíveis de alguns privilegiados, a escarnecer dos que a elas não têm acesso e que nem sempre chegam a melhorar a qualidade humana de seus usuários.

Perguntar-se-á, entretanto: fica-se nessa gôta d'água da pequena comunidade? Não, não se fica nisso, mas já é bastante. Isso já canaliza para o progresso, ainda que limitadamente, potenciais humanos que talvez lá ficassem, para sempre, intocados; isso exonera o Estado da incômoda condição de única entidade da qual se espera a salvação, num paternalismo que nunca teria recursos suficientes para atender a todos e é, inclusive, empobrecedor, porque desestimula as fôrças locais. Isso gera lideranças lúcidas, capazes de orientar as aspirações populares e suplementar a ação governamental.

A comunidade assim entendida torna-se um foco de vida social e, num sentido muito correto, como dizia HAYES, o seu futuro é o futuro da nação, pois do mesmo modo que não existe comunidade sem grupos organizados, não há nação nem democracia sem pluralismo comunitário. GUTKIND assevera que a única saída ante o estatismo ou o individualismo são comunidades pequenas em escala e densas em estrutura; e alega que elas são, realmente, o princípio de um rejuvenescimento social, pois respondem à necessidade humana fundamental de viver junto, trabalhar junto e tentar junto.

O processo de desenvolvimento comunitário não quer e não pode confinar-se ao âmbito local e regional, nem ser somente um estado de espírito. Quer e precisa espraiar-se por todo o país, inspirar a ação administrativa dos governos e converter-se em estruturas. Insulada, a experiência comunitária tende a falhar, pela falta de amparo circundante.

A Índia, ao longo de três planos quinquenais de desenvolvimento comunitário, estendeu aos 400 milhões de habitantes uma estrutura comunal apreciável, da qual já resultaram extraordinários efeitos materiais e democráticos.

Dois fenômenos, por exemplo, são típicos de nosso tempo e interligados: a industrialização e a urbanização. PLATÃO estimava em 5.000 a população ideal de uma cidade. Séculos depois, BARDET e HOWARD — autor do famoso "Garden City", que revolucionou o século XIX —

não admitiam mais de 30.000 como população máxima desejável, se bem que LE CORBUSIER chegasse a 3 milhões.

A vizinhança, segundo muitos, constitui a unidade geográfica e social da cidade, devendo-se-lhe dar uma funcionalidade capaz de neutralizar a ação esmagadora da megalópolis. Países como a Inglaterra, a Suécia e os Estados Unidos estão procurando reformar a estrutura urbana, dando-lhe escala humana e o necessário equilíbrio de funções. A reforma urbana é peça essencial da reorganização comunitária, máxime no Brasil, que assinala um dos mais elevados índices de crescimento urbano do mundo. Estão-se incorporando às nossas cidades, todos os dias, estruturas dificilmente corrigíveis, mais tarde, com risco de fragmentação social e tensões indesejáveis.

A industrialização, particularmente com o problema da grande empresa, deu à questão das relações humanas complexidade inimaginável, abrindo ao conhecimento humano perspectivas de investigação ainda não de todo exploradas. A automatização — que nos coloca no limiar da segunda revolução industrial — está produzindo, nos países desenvolvidos, deslocamentos de mão-de-obra, demanda de novas especializações e numerosos outros efeitos econômico-sociais e políticos, para os quais ainda não se tem uma boa resposta. Há, inclusive, um problema de fundo quase intocado: o da estrutura da empresa em termos capazes de permitir o diálogo capital-trabalho, na linha do amadurecimento democrático e de uma concepção que a visualiza como uma comunidade de interesses integrados. PIO XI, na *Quadragesimo Anno*, analisando a questão salarial, já observava que seria mais apropriado às condições atuais da vida social temperar, na medida do possível, o contrato de trabalho com elementos do contrato de sociedade, embora reconhecesse utópica, nas condições atuais, a supressão do regime salarial, que não é injusto em si mesmo.

PIO XII repetiria, mais tarde, que as reformas de estrutura procurarão, cada vez mais, interessar os operários na própria vida da empresa, de modo que todos os que nela tomam parte — chefes, técnicos e operários — formem uma comunidade de atividades e de interesses. JOÃO

XXIII sintetiza a idéia nesta frase: "Essa concepção humana da empresa deve, sem dúvida, salvaguardar a autoridade e a eficiência necessárias da unidade de direção; mas, não pode reduzir os colaboradores de todos os dias à condição de simples e silenciosos executantes, sem qualquer possibilidade de fazerem valer a própria experiência, completamente passivos quanto às decisões dos que os dirigem."

Há toda uma gama de aplicações do princípio solidarista à empresa, desde a participação consultiva ou deliberativa em comissões especializadas ou na direção, até a co-gestão e co-propriedade, sem falar no tipo de empresa cooperativa e na comunidade de trabalho, que realiza a "perfeita comunhão do capital e do trabalho, à base de um compromisso moral e de um ideal de vida". Assim expresso na empresa, o princípio solidarista expande-se a toda a ordem econômica, dando-lhe dimensão humana e complementando a democracia política.

Aos dois fatos sociais — industrialização e urbanização — junta-se, num plano de urgência especial, principalmente no Brasil, a questão da vida rural montada sobre estruturas anacrônicas e chegando, em regiões como a do Nordeste, a extremos inqualificáveis de miséria.

É triste verificar-se, por exemplo, que a reforma agrária tem sido enfocada, na maior parte das vezes, com notável primarismo, sem que se dê o necessário relêvo a aspectos relativos à organização e dinamização da vida rural e em meio a tradicional e sistemático descaso pela agricultura. O que explica os seus atrasos e o retumbante fracasso da colonização oficial, acarretando a favelização de enormes áreas do território brasileiro. É inadiável dar à boa gente do campo — abandonada e injustiçada com o imediatismo urbano-industrial — acesso à propriedade, mas é igualmente necessário que esta não seja um cavalo de Troia, facilitando-se-lhe o acesso à cultura, à tecnologia, ao crédito e à rica e ordenada vida cooperativa.

É óbvio que o desenvolvimento comunitário não substitui, mas, ao contrário, supõe desenvolvimento econômico substancial: reivindica para si, apenas, o privilégio de ajudar o progresso material a se humanizar, a tomar

raízes no povo e a provocar nêle a assimilação e as iniciativas que multiplicam e harmonizam o desenvolvimento. Nem é outra sua finalidade última. Por isso é tão saboroso e apropriado o conselho de HEMMINGWAY: "deixai aquêles que querem salvar o mundo que o salvem; desde que consigam vê-lo bem e como um todo".

É a esperança e a disposição do Serviço Social: o progresso global, harmônico e bem fundado.

GUTKIND, num livro provocador, já o disse com argúcia: "Não haja dúvida: O homem pleno e social não surgirá se continuamos a acreditar na eficácia exclusiva das reformas institucionais: co-propriedade e participação na administração e todos os remédios similares são apenas mudanças de superfície. Elas não terão sentido se não forem guiadas pela convicção do espírito comunitário e acompanhadas pela transformação do ambiente social em tôda a sua infinita variedade."

CONCLUSÃO

A hora pode ser de grandeza ou de novas frustrações, dependendo das opções que façamos e de como as exercermos. Qualquer passo é irreversível em instante de definições, e cada gesto se imprime no tempo e na história, e soma no fenômeno social.

Para dar grandeza ao momento, o assistente social não pode acomodar-se ao escaninho do burocrata social ou fechar-se à inquietação universal. Seu papel não é o de juntar-se ao côro dos lamurientos e céticos ou dos expectadores passivos. O assistente é um líder do mundo nôvo, com a missão de abrir caminhos; e o fará na medida em que saiba vê-los e percorrê-los. Nenhuma função por êle exercida é tão insignificante que não abra janelas à luz e não ponha um toque humano num mundo tão demasiadamente hostil. Por isso êle é constantemente espicaçado a aperfeiçoar-se e a ampliar o raio de seus conhecimentos. Mas, nunca com o objetivo de se tornar um tecnocrata, pois a hora é grande demais para que êste a preencha.

O assistente social é, acima de tudo, um construtor de pontes, engenheiro social do fraterno entendimento e da paz.

Mas, não se constrói a paz sem a paixão do Bem-Comum e sem que êste repouse na submissão confiante e humilde ao Supremo Criador. Deus é o Grande Ausente das soluções intentadas e das nossas vidas particularmente. A angústia, as tensões que põem as nações em choque e fazem da neurose sinal de contradição de uma civilização pretensiosa que não sabe como explicá-la, resultam da tendência a relativizar o absoluto e a absolutizar o relativo. Nenhuma escala de valores serve à vocação de infinito do homem se não tiver em Deus a sua medida.

APLIQUE SEU DINHEIRO COM O

MAXIMO DE GARANTIA E RENDA

ESCRITÓRIO MENEZES

LUIZ J. C. DE MENEZES

Corretor de Fundos Públicos e Câmbio

RUA MIGUEL COUTO, 35-6.º

TELEFONE 52-8137